

Flavio Galdino  
Sergio Coelho  
Rafael Pimenta  
Rodrigo Candido de Oliveira  
Eduardo Takemi Kataoka  
Cristina Biancastelli  
Gustavo Salgueiro  
Isabel Picot França  
Marcelo Atherino  
Marta Alves  
Cláudia Maziteli Trindade  
Pedro C. da Veiga Murgel  
Gabriel Rocha Barreto  
Diogo Rezende de Almeida

Felipe Brandão  
Adrianna Chambô Eiger  
Mauro Teixeira de Faria  
André Furquim Werneck  
Raissa de A. Lima Pereira  
Wallace Corbo  
Isadora A. R. de Almeida  
Julianne Zanconato  
Rodrigo Saraiva P. Garcia  
Vanessa F. F. Rodrigues  
Aline da Silva Gomes  
Maria Flávia J. F. Macarimi  
Yasmin Paiva  
Ivana Harter Albuquerque

Fernanda Rocha David  
Luan Gomes Peixoto  
Luciana Barsotti Machado  
Júlia Leal Danziger  
Paulo F. de Gouvêa Junqueira  
Bruno Duarte Santos  
Roberta Issa Maffei  
Jacques Felipe A. Rubens  
Michelle Sorensen Camilo  
Tomás de S. Góes M. Costa  
Marcela R. Silva Quintana  
Ana Carolina S. Gasparine  
Jorge Luiz da C. Silva  
Rebecca O. Pereira da Silva

Beatriz Capanema Young  
Letícia Willemann Campanelli  
Amanda Guimarães Torquetti  
Milene Pimentel Moreno  
Claudia Tiemi Ferreira  
Carolina Bueno de Oliveira  
Isabella Bandeira de Mello  
Sávio A. Capra Marinho  
Paula O. Barata Reis  
Bruna Villanova Machado  
Isabela Rampini Esteves  
Isabela Augusta X. da Silva  
Yuri A. da Costa Nascimento  
Carolina Pfeiffer Figueiredo

Maria Victoria P. L. Marins  
Rafael Leandro Dantas  
Leonardo Mucillo Mathia  
Mônica Franco Lima  
Felipe L. L. e Castro Perretti  
Caroline Rabello Müller  
Luíza M. Lima Valle  
Victoria de Azevedo T. Silveira  
João Pachá

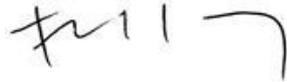
EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Recuperação Judicial n. 0047010-37.2020.8.19.0001

UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL;  
COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL;  
LEADER.COM.BR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e ULL MODA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, nos autos da recuperação judicial em referência, vêm apresentar alterações ao Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) juntado às fls. 8899/10401, alterado às fls. 19541/19579, alterado às fls. 25753/25805 e alterado às fls. 27006/27046 (Doc. 1), fruto da incessante negociação do Grupo Leader com seus credores, negociações essas substancialmente intensificadas nos últimos dias junto a seus Credores Financeiros, de modo que as alterações apresentadas nesta data dizem respeito aos Créditos Financeiros.

Importante frisar que alteração do Plano apresentada nesta data **NÃO** modifica as condições de pagamento de Credores Trabalhistas, Credores Quirografários e Credores ME/EPP. Nada obstante, foi favoravelmente alterada a condição de pagamento dos Credores Colaboradores, como se verifica na Cláusula 4.5.1.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2021



FLAVIO GALDINO  
OAB/RJ n. 94.605



ISABEL PICOT FRANÇA  
OAB/RJ n. 142.099

## PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO LEADER

26 DE MAIO DE 2021

**UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“ULL”)**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o n. 30.094.114/0001-09; **COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“CIA Promotora”)**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o n. 07.504.125/0001-06; **LEADER.COM.BR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Leader.Com”)**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o n. 11.748.375/0001-50; e **ULL MODA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“ULL Moda”)**, e, em conjunto com a ULL, CIA Promotora e a Leader.Com, conforme definido abaixo, **“Grupo Leader”** ou **“Recuperandas”**), sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o n. 27.361.689/0001-36, disponibilizam, nos autos da Recuperação Judicial (conforme definido abaixo) em curso perante o Juízo da Recuperação Judicial (conforme definido abaixo), o presente Plano (conforme definido abaixo), na forma do art. 53 da LRF (conforme definida abaixo), cujos termos e condições são regulados a partir das cláusulas a seguir.

### 1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO.

**1.1. DEFINIÇÕES.** Os termos e expressões utilizados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos nesta Cláusula 1.1. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

**1.1.1. “Administrador Judicial”:** é o escritório de advocacia Nascimento & Rezende Advogados, representado pelo Dr. Wagner Madruga do Nascimento, advogado inscrito na OAB/RJ sob o n. 128.768 e pelo Dr. Bruno Galvão Souza Pinto de Rezende, advogado inscrito na OAB/RJ sob o n. 124.405, conforme nomeação feita pelo Juízo da Recuperação, nos termos do Capítulo II, Seção III da LRF, ou quem venha a substituí-lo de tempos em tempos.

**1.1.2.** “Alienação de Ativos”: são as operações de alienação de Ativos, sejam elas unidades produtivas isoladas ou não, através de venda direta, na forma do art. 66 da LRF e/ou de acordo com as regras de processo competitivo contidas nos artigos 60, *caput* e parágrafo único, 142 e demais disposições aplicáveis da LRF e artigo 133, §1º do Código Tributário Nacional, nos termos da Cláusula 4.4 abaixo. As regras de processos competitivos, incluindo a descrição dos ativos específicos que poderão formar unidades produtivas isoladas, serão estabelecidas nos respectivos editais. Os bens e direitos que comporão as eventuais UPIs serão alienados livres de quaisquer dívidas, contingências e obrigações do Grupo Leader ou partes relacionadas, incluindo, sem limitação, aquelas de natureza tributária, ambiental e trabalhista.

**1.1.3.** “Aprovação do Plano”: é a aprovação do Plano na Assembleia de Credores. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Aprovação do Plano ocorre na data da Assembleia de Credores que votar e aprovar o Plano, ainda que o Plano não seja aprovado por todas as Classes de Credores nesta ocasião, sendo posteriormente homologado judicialmente nos termos dos artigos 45 ou 58 da LRF.

**1.1.4.** “Assembleia de Credores”: é qualquer Assembleia Geral de Credores, realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV, da LRF.

**1.1.5.** “Ativo” ou “Ativos”: são todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que integram o ativo circulante e não circulante das Recuperandas.

**1.1.6.** “CDI”: taxa média das operações feitas entre instituições financeiras, calculada diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados.

**1.1.7.** “Classes”: Categorias nas quais se classificam os Créditos Concurrais das Recuperandas de acordo com a natureza dos Créditos Concurrais, conforme o previsto no artigo 41 da LRF.

**1.1.8.** “CNPJ/ME”: é o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.

**1.1.9.** “Código Civil”: é a Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

**1.1.10.** “Controlador”: é a Corcovado Consultoria e Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o n. 24.964.281/0001-60.

**1.1.11.** “Créditos”: são os créditos e obrigações (inclusive obrigações de fazer) detidos pelos Credores contra as Recuperandas, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, objeto ou não de disputa judicial, procedimento arbitral ou procedimento administrativo, iniciados ou não, ou que decorram de contratos, instrumentos ou obrigações, estejam ou não relacionados na Lista de Credores, e sejam ou não sujeitos aos efeitos deste Plano.

**1.1.12.** “Créditos Concurais”: são os Créditos detidos pelos Credores contra as Recuperandas, ou que estas possam vir a responder por qualquer tipo de coobrigação, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, objeto ou não de disputa judicial ou procedimento arbitral, ou que decorram de contratos, instrumentos ou obrigações, sujeitos a essa Recuperação Judicial, e que, em razão disso, se submetem a este Plano, nos termos da LRF.

**1.1.13.** “Créditos Extraconcurais Reestruturados”: são os Créditos Não Sujeitos, que assim forem reconhecidos pelas Recuperandas e/ou por decisão judicial transitada em julgado, que, em razão da adesão de seus titulares ao Plano na forma da Cláusula 3 abaixo, serão pagos na forma prevista na Cláusula 5.9 abaixo.

**1.1.14.** “Créditos Financeiros”: são os Créditos detidos originalmente por instituições financeiras, que foram constituídos originalmente através de contratos de mútuo, cédulas de crédito bancário, cartas fianças, dentre outros, os quais serão reestruturados nos termos da Cláusula 5.3 abaixo.

**1.1.15.** “Créditos Financeiros Reestruturados”: são os Créditos Extraconcurais Reestruturados detidos originalmente por instituições financeiras, que foram constituídos originalmente através de contratos de mútuo, cédulas de crédito bancário, cartas fianças, dentre outros, os quais serão pagos na forma prevista na Cláusula 5.9 abaixo.

**1.1.16.** “Créditos Ilíquidos”: são os Créditos detidos pelos Credores contra as Recuperandas, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, objeto ou não de disputa judicial ou administrativa ou procedimento arbitral, iniciados ou

não, derivados de quaisquer relações jurídicas e contratos sujeitos a essa Recuperação Judicial, ainda que liquidados até da Data de Homologação, cuja existência e/ou valores são ou venham a ser questionados pelas Recuperandas.

**1.1.17.** “Créditos ME/EPP”: são os Créditos detidos pelos Credores Concurssais constituídos sob a forma de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme definidas pela Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelos artigos 41, inciso IV e 83, inciso IV, d, da LRF, os quais serão reestruturados nos termos da Cláusula 5.4 abaixo.

**1.1.18.** “Créditos Não Sujeitos”: são todos os Créditos que não são Créditos Concurssais.

**1.1.19.** “Créditos Quirografários”: são os Créditos Concurssais previstos nos artigos 41, inciso III e 83, inciso VI da LRF, os quais serão reestruturados nos termos da Cláusula 5.2 abaixo.

**1.1.20.** “Créditos Retardatários”: são os Créditos que forem habilitados após a publicação do Edital de Credores.

**1.1.21.** “Créditos Trabalhistas”: são os Créditos e direitos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, inciso I e 83, inciso I da LRF e os créditos e direitos consistentes em honorários advocatícios, os quais serão reestruturados nos termos da Cláusula 5.1 abaixo.

**1.1.22.** “Credores”: são as pessoas físicas ou jurídicas titulares de Créditos, estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

**1.1.23.** “Credores Financeiros”: são os Credores titulares de Créditos Financeiros.

**1.1.24.** “Credores Financeiros Reestruturados”: são os Credores titulares de Créditos Financeiros Reestruturados.

**1.1.25.** “Credores Cessionários”: são os Credores que se tornarem titulares de Créditos Concurssais em razão da celebração de contratos de cessão de crédito em que figurem como cedente um Credor Concurssal e o objeto da cessão seja um Crédito Concurssal.

**1.1.26.** “Credores Colaboradores”: são os Credores Quirografários e os Credores ME/EPP titulares de Créditos Concurtais superiores a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que, até 12 (doze) meses após a Data de Homologação, (i) vendam ou prestem serviço ao Grupo Leader, concedendo prazo de pagamento superior a 15 (quinze) dias contados da data da entrega da mercadoria ou da data da prestação do serviço; (ii) apoiem o Grupo Leader na seleção de sortimento, considerando o perfil do público alvo e a localização das lojas do Grupo Leader; (iii) vendam seus produtos ou serviços a preços competitivos; (iv) apoiem o Grupo Leader em ações para promoção da venda de seus produtos, como, por exemplo, (a) participando na construção das ações de venda, (b) trazendo experiências bem sucedidas e ideias inovadoras, (c) fornecendo material para criação das campanhas, (d) co-participando nos custos de produção e/ou veiculação das campanhas, (e) participando em ações nos pontos de venda, (f) investindo em mobiliário para valorização da exposição do seu produto, (g) fornecendo e/ou investindo na criação das peças de merchandising a serem usadas nos pontos de venda, bem como (h) fornecendo promotores de venda para atuarem nas lojas, dentre outras possibilidades. Os Credores Colaboradores farão jus às condições de pagamento previstas nesse Plano para os Credores Colaboradores.

**1.1.27.** “Credores Concurtais”: são os Credores titulares de Créditos Concurtais.

**1.1.28.** “Credores Extraconcurtais Reestruturados”: são os Credores titulares de Créditos Extraconcurtais Reestruturados.

**1.1.29.** “Credores Ilíquidos”: são os Credores titulares de Créditos Ilíquidos.

**1.1.30.** “Credores ME/EPP”: são os Credores titulares de Créditos ME/EPP.

**1.1.31.** “Credores Quirografários”: são os Credores titulares de Créditos Quirografários.

**1.1.32.** “Credores Retardatários”: são os Credores titulares de Créditos Concurtais que, no todo ou em parte, possam ser considerados Créditos Retardatários.

**1.1.33.** “Credores Sub-roгатários”: são os Credores que se sub-rogamem na posição de Credor Concurtal em razão de terem efetuado pagamento,

espontaneamente ou não, de qualquer Crédito Concursal em relação ao qual sejam considerados coobrigados, por contrato, previsão legal ou determinação judicial.

**1.1.34.** “Credores Trabalhistas”: são os Credores titulares de Créditos Trabalhistas.

**1.1.35.** “Data de Homologação”: é a data em que ocorrer a publicação na Imprensa Oficial da decisão de Homologação Judicial do Plano proferida pelo Juízo da Recuperação.

**1.1.36.** “Data do Pedido”: é a data em que o pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado pelas Recuperandas, *i.e.*, 04.03.2020.

**1.1.37.** “Debêntures Privadas Conversíveis”: tem o significado conferido na Cláusula 5.3.3.5.3. abaixo.

**1.1.38.** “Dia Útil”: é qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, feriado estadual, feriado municipal ou que, por qualquer motivo, não haja expediente forense e/ou bancário na cidade do Rio de Janeiro.

**1.1.39.** “Distribuição de Dividendos”: tem o significado previsto no art. 205 da Lei das S.A.

**1.1.40.** “Edital de Credores”: é o edital previsto no § 2º do art. 7º da LRF.

**1.1.41.** “Evento de Liquidez”: pode ser um Evento Venda Total de Ações ou Evento Venda Parcial de Ações ou um Evento IPO. Em nenhuma hipótese, o aumento de capital social da ULL, com a emissão de novas ações e subscrição por um terceiro, poderá ser considerado um Evento Venda Total de Ações ou Evento Venda Parcial de Ações.

**1.1.42.** “Evento IPO”: ocorrência de uma oferta pública de distribuição primária de ações de emissão da ULL.

**1.1.43.** “Evento Venda Parcial de Ações”: é a venda, transferência ou qualquer outro ato de disposição pelo Controlador de parte da sua participação acionária com direito a voto da ULL, do qual decorra resultado financeiro para o Controlador.

**1.1.44.** “Evento Venda Total de Ações”: é a venda, transferência ou qualquer outro ato de disposição pelo Controlador da integralidade da sua participação acionária com direito a voto da ULL, do qual decorra resultado financeiro para o Controlador.

**1.1.45.** “Faturamento Excedente”: tem o significado a ele atribuído na Cláusula 4.5., 4.5.1. e 4.5.2. abaixo.

**1.1.46.** “Grupo Leader”: é o grupo econômico formado pelas Recuperandas.

**1.1.47.** “Homologação Judicial do Plano”: é a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação que concede a recuperação judicial, nos termos do artigo 58, *caput* e/ou §1º da LRF. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na Data de Homologação.

**1.1.48.** “Juízo da Recuperação”: é o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para o qual foi distribuído o pedido de Recuperação Judicial do Grupo Leader.

**1.1.49.** “Laudos”: são (i) o laudo de viabilidade econômico-financeira; e (ii) o laudo de avaliação de bens e ativos das Recuperandas, apresentados nos termos e para os fins do artigo 53, incisos II e III, da LRF, que integram os Anexos I e II a este Plano, respectivamente.

**1.1.50.** “Lei das S.A.”: é a Lei Federal n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

**1.1.51.** “Lista de Credores”: é a relação de credores apresentada pelas Recuperandas, nos autos da Recuperação Judicial, conforme alterada.

**1.1.52.** “LRF”: é a Lei Federal n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

**1.1.53.** “OMS”: significa Organização Mundial da Saúde.

**1.1.54.** “Partes Isentas”: são (i) os Acionistas, (ii) as Recuperandas, suas controladas, subsidiárias e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo, e seus respectivos diretores, conselheiros, funcionários, advogados, assessores, agentes, mandatários, representantes, incluindo seus antecessores e sucessores, considerando ainda que as Partes Isentas não incluem nenhum parceiro ou sócio em *joint venture*, ou qualquer outra entidade que não integre o Grupo Leader.

**1.1.55.** “Plano”: é este plano de recuperação judicial e todos seus anexos, conforme aditado, modificado ou alterado de tempos em tempos.

**1.1.56.** “Processos”: significa todo e qualquer litígio, em esfera judicial, administrativa ou arbitral (em qualquer fase, incluindo execução/cumprimento de sentença), em qualquer jurisdição, envolvendo discussão relacionada a qualquer dos Créditos perante o Poder Judiciário ou tribunal arbitral, conforme o caso, inclusive reclamações trabalhistas.

**1.1.57.** “Programa para Eliminação de Contingências”: tem o significado a ele atribuído na Cláusula 6 abaixo.

**1.1.58.** “Recuperação Judicial”: é o processo de recuperação judicial das Recuperandas autuado sob o n. 0047010-37.2020.8.19.0001.

**1.1.59.** “Recuperandas”: tem o significado a elas atribuído no preâmbulo.

**1.1.60.** “TR”: Taxa referencial criada pela Lei n. 8.177/1991 e divulgada periodicamente pelo Banco Central do Brasil.

**1.1.61.** “ULL”: como definido no preâmbulo, é a União de Lojas Leader S.A.

**1.1.62.** “Valor de Referência”: tem o significado a ele atribuído na Cláusula 6.3 abaixo.

**1.1.63.** “Valor Líquido”: é o resultado financeiro decorrente da alienação de participações societárias deduzido dos tributos incidentes sobre o ganho de capital, i.e., IRPJ, CSLL e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre referido ganho, bem como eventuais taxas de serviço, comissões e outros encargos pagos a terceiros.

**1.2. CLÁUSULAS E ANEXOS.** Exceto se especificado de forma diversa, todas as Cláusulas e Anexos mencionados neste Plano referem-se a Cláusulas e Anexos deste Plano, assim como as referências a Cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas subcláusulas e subitens. Todos os Anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante, inseparável e indivisível do Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer Anexo, o Plano prevalecerá.

**1.3. TÍTULOS.** Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas disposições.

**1.4. TERMOS.** Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da expressão, “mas não se limitando a”.

**1.5. REFERÊNCIAS.** As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, conforme aplicáveis, exceto se de outra forma expressamente previsto neste Plano.

**1.6. DISPOSIÇÕES LEGAIS.** As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

**1.7. PRAZOS.** Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano (sejam contados em Dias Úteis ou não) cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o primeiro Dia Útil subsequente.

## **2. CONSIDERAÇÕES GERAIS.**

### **2.1. BREVE HISTÓRICO.**

Fundada em 1951, quando era apenas um bazar em Miracema, no Rio de Janeiro, a Leader vendia calçados a quilo, em uma abordagem pioneira que permitiu que se tornasse um estabelecimento muito popular entre clientes da região.

Aquele negócio, cada vez mais próspero, já na década de 70 se tornou a União de Lojas Leader S.A., com abertura de novos estabelecimentos comerciais no Estado do Rio de Janeiro.

Na década de 90, o pequeno bazar já era uma conhecida loja de departamentos, com presença consolidada no estado do Rio de Janeiro, com enfoque em produtos de vestuário, feminino e masculino.

No início dos anos 2000, a Leader deixou de ter uma atuação exclusivamente fluminense, inaugurando lojas no Espírito Santo. O movimento expansionista continuou e, em 2007, a Leader chegou a outras partes do país, notadamente a alguns estados do Nordeste e a Minas Gerais.

Já em 2013, ainda no contexto de expansão das suas atividades, a Leader adquiriu a integralidade das quotas representativas do capital social das sociedades que formavam o Grupo Seller, rede de varejo com foco em itens de vestuário e casa, que tem como público alvo a classe C, presente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Atualmente, o Grupo Leader conta com 95 lojas, espalhadas por 9 estados brasileiros – Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia –, bem como com o comércio online.

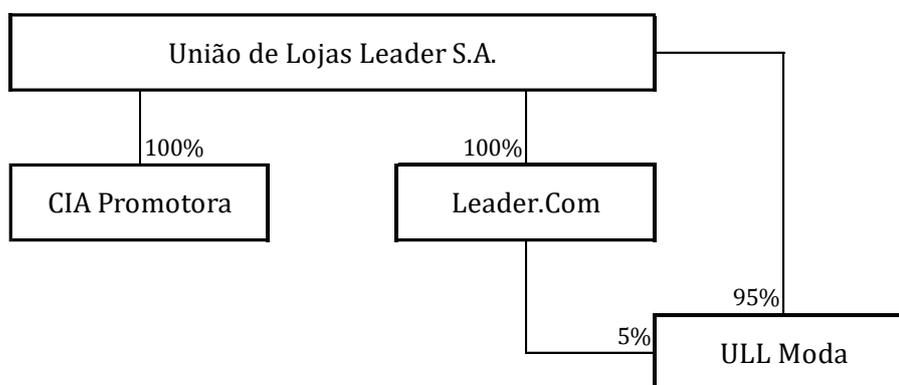
São mais de 15 milhões de consumidores que por ano têm à sua disposição um amplo mix de produtos que vai de vestuário a brinquedos, cama, mesa e banho e utilidades domésticas.

Para atender satisfatoriamente seu grande volume de consumidores, a Leader emprega atualmente cerca de 2.500 funcionários, gerando tais empregos diretos e outros tantos milhares de empregos indiretos, fomentando a atividade econômica em praticamente todo o território nacional.

Ocorre que, por motivos que lhe são alheios e que serão melhor delineados a seguir, o Grupo Leader enfrenta atualmente graves problemas de ordem econômico-financeira, tendo dado início a uma ampla reestruturação de seus negócios: desde o corte de custos, passando pelo redimensionamento das Recuperandas e, chegando, enfim, a renegociação das suas dívidas.

## 2.2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA E OPERACIONAL.

A estrutura societária e operacional do Grupo Leader está representada no organograma abaixo:



Como se verifica, a CIA Promotora e Leader.com são subsidiárias integrais da ULL. Com efeito, trata-se de empresas que foram criadas com o objetivo de destacar da ULL, respectivamente, as atividades de oferecimento de cartões de crédito em suas lojas e de comércio eletrônico. A ULL Moda, por sua vez, é sociedade limitada cujos únicos quotistas são a ULL e a Leader.com. Esta empresa foi criada com objetivo de desenvolver a atividade de confecção dos produtos que, posteriormente, são vendidos pela ULL.

Com efeito, a organização societária das Recuperandas reflete a preocupação do Grupo Leader com sua eficiência administrativa, financeira e operacional, de modo que todas as Recuperandas têm se coordenado empresarialmente para direcionar seus esforços à atividade do varejo no Brasil.

### 2.3. RAZÕES DA CRISE.

É notório que o Brasil vivenciou uma política de inserção social que permitiu a integração de milhões de famílias ao mercado de consumo. Tal inserção ocorreu por meio de políticas de distribuição de renda mais agressivas, de um lado, e de um crédito expansionista, com juros menores e prazos de pagamento elevados, de outro.

O crescimento impulsionado do consumo e a crença da continuidade da trajetória de crescimento e do mercado doméstico atraiu investidores nacionais e estrangeiros, que passaram a direcionar fundos para o mercado brasileiro, em especial para os segmentos focados nas classes B e C.

Foi neste contexto que o Grupo Leader ampliou sua base de lojas e presença nacional – ambos elementos essenciais para ganhos de escala e sinergia no segmento em que atua.

Não há dúvidas de que o setor varejista se beneficiou largamente do período de expansão de crédito e juros mais baixos verificados entre os anos de 2004 e 2014. Porém, já em 2015, com a perda do poder de compra das classes incluídas na matriz de consumo e o consequente endividamento das famílias, a pressão inflacionária e cambial sobre as estruturas de custeio do varejo nacional e a crise política, o varejo apresentou a queda mais significativa ao longo da última década: 6.2% nas vendas de 2016.

Para o segmento de vestuário e calçados no estado do Rio de Janeiro a queda foi ainda maior: 16,1%, conforme Pesquisa Mensal do Comércio – IBGE. Aqui, cumpre abrir parênteses para destacar que o segmento de vestuário e calçados representa cerca de 70% do faturamento do Grupo Leader.

<b>Crescimento Comércio Varejista</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019<sup>1</sup></b>
Comércio Varejista (Nível Nacional)	-4,3%	-6,2%	2,2%	1,8%	3,8%
Vestuário e Calçados (Nível Nacional)	-8,7%	-10,9%	10,3%	-0,1%	0,1%
Comércio Varejista (UF RJ)	-3,2%	-8,0%	-1,9%	0,8%	0,1%
Comércio Vestuário e Calçados (UF RJ)	-8,5%	-16,1%	4,2%	-0,8%	-1,8%

Fonte: Pesquisa Mensal Comércio – IBGE

Em 2016, o Grupo Leader, ainda particularmente afetado por uma disputa societária interna<sup>1</sup>, reestruturou substancialmente as dívidas da ULL em um movimento processual que incluiu o pedido de homologação de um Plano de Recuperação Extrajudicial. Felizmente, a atuação negocial bem-sucedida que viabilizou a Recuperação Extrajudicial também permitiu o fortalecimento da relação comercial com fornecedores – uma importante sustentação da atividade varejista.

Confiava-se em uma retomada da economia do país e do estado fluminense para os anos de 2017 e 2018, o que não se verificou. Alguns indicadores do estado do Rio de Janeiro são lamentavelmente eloquentes<sup>2</sup> e geram diretamente a retração do consumo e do setor varejista: (i) as taxas de desemprego permanecem superiores a de outros estados do país<sup>3</sup>; (ii) o PIB, em que pese ainda esteja entre os maiores do país, foi o que menos cresceu de 2002 a 2018, rebaixando o estado no ranking nacional<sup>4</sup>; (iii) a elevada dívida consolidada líquida do estado equivale a 283% da receita corrente líquida<sup>5</sup>, quando o limite estabelecido em lei é de 200%; e (iv) a escalada no roubo de cargas, pressionando o custo do frete<sup>6</sup>.

Com efeito, o Grupo Leader, cuja operação, em base de vendas, está concentrada no estado do Rio de Janeiro, absorveu sobremaneira os aspectos negativos da crise local. Neste cenário, as vendas do Grupo Leader caíram significativamente entre 2015 e 2019, gerando receita 64% inferior à do ano de 2014.

---

<sup>1</sup> Em maio de 2013, ainda na gestão de antigo controlador, o Grupo Leader adquiriu as conhecidas lojas Seller, com presença destacada em São Paulo. Desentendimentos em relação ao valor devido e forma de pagamento culminaram em disputas judiciais e, finalmente, em um acordo, em setembro de 2016, já na gestão de um novo controlador do Grupo Leader. Hoje, todas as sociedades que compunham o Grupo Seller já foram devidamente incorporadas ao Grupo Leader.

<sup>2</sup> E que levaram a Moody's América Latina a rebaixar o rating do município do Rio de Janeiro em 2018: <https://www.moody.com/research/Moodys-promove-aes-de-ratings-para-estados-e-municipios-brasileiros--PR-381953>

<sup>3</sup> Nesse sentido, confira-se: <https://oglobo.globo.com/economia/estado-do-rio-foi-onde-desemprego-mais-cresceu-nos-ultimos-quatro-anos-23473035>; <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/08/15/rj-tem-taxa-de-desemprego-pior-que-a-do-nordeste.ghtml>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/16/numero-de-desempregados-bate-recorde-no-rj-diz-ibge.ghtml>; <http://dapp.fgv.br/o-rio-em-perspectiva-desemprego-ainda-crescente/>.

<sup>4</sup> Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/rio-perde-para-santa-catarina-3o-lugar-em-pib-per-capita-no-pais/>

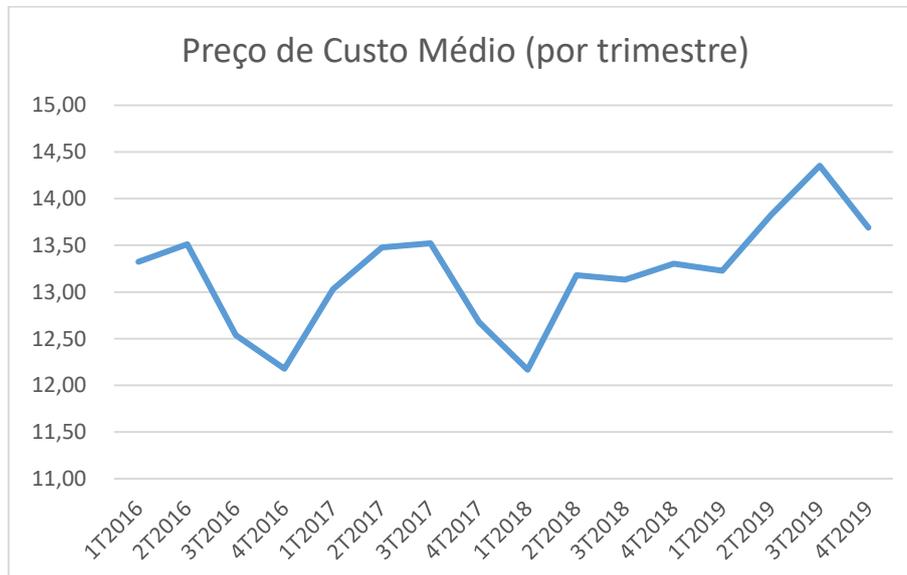
<sup>5</sup> Informação disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/02/endividamento-do-rio-cresce-15-pontos-e-atinge-seu-maior-nivel-desde-2001.ghtml>

<sup>6</sup> Informação disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/index.html>

Em que pese nos últimos anos tenha ocorrido uma tímida melhora em relação aos anos de 2015 e 2016, o consumo das famílias brasileiras está longe de ter se estabilizado ou adotado a perspectiva de crescimento. Para se ter uma ideia, em março de 2019, a queda no volume de vendas atingiu 4,4%<sup>7</sup>.

O desencaixe entre os vencimentos das dívidas reestruturadas e o faturamento corrente do Grupo Leader aprofundou-se ainda mais. Até o ajuizamento desta Recuperação Judicial, o Grupo Leader desembolsou cerca de (i) R\$ 115 milhões para pagamento de dívida concursal dos fornecedores abrangidos pela recuperação extrajudicial; (ii) R\$ 165 milhões para pagamento de dívidas mantidas com instituições financeiras; e (iii) R\$ 110 milhões com a readequação de parque de lojas de acordo com seu plano de negócios.

A despeito da boa relação mantida com fornecedores, como resultado da piora na percepção do risco de crédito do Grupo Leader, houve uma expressiva elevação do custo médio pago pelas mercadorias, reduzindo as margens de lucro e comprimindo ainda mais a geração de caixa operacional:



Mesmo envidando inúmeros esforços comerciais para concluir mais uma negociação maciça com os fornecedores e com os bancos no final de 2019 e assim evitar que medidas constritivas e restritivas de crédito fossem adotadas contra o

<sup>7</sup> Informação disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/comercio-varejista/brasil>

patrimônio do Grupo Leader, lamentavelmente não foi possível controlar os pedidos de protestos de valores expressivos.

O fato é que o desencaixe financeiro temporário do Grupo Leader gerado por todos esses fatores em conjunto não deixaram opção às Recuperandas se não buscar a proteção conferida pela LRF.

Como se não bastasse, desde o protocolo do pedido de recuperação judicial, o mundo passou a sofrer com uma crise sanitária que pode levar a maior recessão econômica da história.

Os fatos são notórios: (i) em 30 de janeiro, a OMS declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus, a COVID-19, constituiria uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional<sup>8</sup>; (ii) em 03 de fevereiro<sup>9</sup>, o Brasil, por sua vez, declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional<sup>10</sup>; (iii) em 11 de março, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia; (iv) em 16 de março, o Estado do Rio de Janeiro declarou “estado de exceção em decorrência da emergência de saúde pública”<sup>11</sup>; (v) em 18 de março, a cidade do Rio de Janeiro declarou situação de emergência; e (vi) em 20 de março, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública nacional.<sup>12</sup>

A grave situação exigiu das autoridades competentes medidas severas de restrição de circulação de pessoas, bens e serviços, como forma de conter o crescimento exponencial do contágio.

---

<sup>8</sup> A Emergência Internacional é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional, “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”. Foi a sexta vez na história que foi declarada uma Emergência Internacional. As outras cinco declarações de Emergência Internacional foram: (i) em 25 de abril de 2009: pandemia de H1N1; em 5 de maio de 2014: disseminação internacional de poliovírus; (iii) em 8 agosto de 2014: surto de Ebola na África Ocidental; (iv) em 1 de fevereiro de 2016: vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas; e (v) em 18 maio de 2018: surto de ebola na República Democrática do Congo.

<sup>9</sup> Portaria do Ministério da Saúde n. 188/2020.

<sup>10</sup> De acordo com o Decreto n. 7.616/2011, “a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN ocorrerá em situações que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública”.

<sup>11</sup> Decreto Estadual n. 46.973 de 16 de março de 2020.

<sup>12</sup> Decreto Legislativo n. 6/2020.

Referidas medidas, desde meados do mês de março de 2020 afetaram diretamente o setor de varejo, que teve, em um primeiro momento, uma queda brutal de faturamento e, em um segundo momento, a partir do decreto de calamidade pública, o fechamento integral dos estabelecimentos comerciais<sup>13</sup>.

Todas as lojas Leader foram fechadas no dia 23 de março, o que causou uma verdadeira ruptura operacional. Enquanto perduraram as medidas mais restritivas de isolamento, as Recuperandas permaneceram sem qualquer ingresso relevante de novos recursos em seu caixa.<sup>14</sup> Com isso, o desafio do Grupo Leader aumentou exponencialmente.

Lamentavelmente, as perspectivas são de que essa recessão seja pior que qualquer outra vivenciada na história. Para se ter uma ideia, em razão dos efeitos da pandemia da COVID-19, no comparativo com o ano de 2019, o PIB brasileiro caiu 4,1%<sup>15</sup>.

Segundo a Moody's Investors Service – uma das três maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo –, os setores de hotelaria, alimentação (restaurantes), aéreo, automotivo e o **varejo** serão os mais atingidos.<sup>16</sup>

Não é preciso muito para constatar isso. Com as pessoas em casa, nenhum desses setores se movimenta. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o setor de vestuários – notadamente aquele que é mais preponderante para o Grupo Leader –, teve um tombo de 27,7% no ano de 2020 em comparação com o ano de 2019.<sup>17</sup> Mas não é só.

---

<sup>13</sup> Informação disponível em: <http://www.prefeitura.rio/fazenda/comercio-estabelecimento-que-descumprir-decreto-pode-ter-alvara-cassado/>

<sup>14</sup> A atividade de comércio eletrônico da Leader.com estava à época inoperante.

<sup>15</sup> Informação disponível em: [https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/03/pib-brasil-2020-ibge.htm#:~:text=O%20PIB%20\(Produto%20Interno%20Bruto.alt%20de%204%2C6%25.](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/03/pib-brasil-2020-ibge.htm#:~:text=O%20PIB%20(Produto%20Interno%20Bruto.alt%20de%204%2C6%25.)

<sup>16</sup> Informação disponível em: [https://www.moody.com/research/Moodys-Moodys-changes-outlook-on-six-European-banking-systems-to--PBC\\_1221171](https://www.moody.com/research/Moodys-Moodys-changes-outlook-on-six-European-banking-systems-to--PBC_1221171)

<sup>17</sup> Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30039-vendas-no-varejo-caem-6-1-em-dezembro-e-fecham-2020-com-alta-de-1-2#:~:text=Pr%C3%B3ximas%20divulga%C3%A7%C3%B5es-Vendas%20no%20varejo%20caem%206%2C1%25%20em%20dezembro%20e%20fecham.com%20alta%20de%201%2C2%25&text=Em%20dezembro%20de%202020%2C%20o.de%20%2D1%2C8%25.>

Em que pese a grande maioria das lojas do Grupo Leader tenha reaberto, o funcionamento ainda está limitado em quase todas elas em relação à capacidade de consumidores por loja, provadores, horários de funcionamento, etc., sendo certo que o faturamento está longe de alcançar patamares pré-pandemia – onde a crise já se fazia presente, frise-se.

Como se não bastasse, a vacinação lenta somada as novas ondas de contágio e, por conseguinte, a imposição de novas e severas medidas de isolamento, torna o cenário ainda mais desafiador, até mesmo para empresas que, antes de março de 2020, eram sadias. O Rio de Janeiro, em especial é 2º estado brasileiro com mais lojas fechadas no último ano: 7% de todas as suas lojas foram fechadas. Lojas de vestuário como as do Grupo Leader foram as mais afetadas: já são mais de 2.000 (dois mil) estabelecimentos fechados.<sup>18</sup>

No atual cenário, qualquer projeção é incerta. Ainda assim, o Grupo Leader confia que tem condições de se soerguer, mantendo o sustento de milhares de famílias e de toda uma cadeia produtiva.

#### **2.4. VIABILIDADE ECONÔMICA E OPERACIONAL.**

O Grupo Leader tem a certeza e a confiança de que a crise de liquidez ora enfrentada é passageira e não deve afetar de forma definitiva a solidez das suas atividades.

Há cerca de 4 anos o Grupo Leader vem buscando a implementação de um abrangente projeto de reestruturação financeira e operacional, com a finalidade de adequar suas operações à situação atualmente enfrentada.

Muitas medidas têm sido adotadas pelo Grupo desde então, dentre as quais podemos destacar: (i) o racionamento de energia elétrica; (ii) renegociação dos contratos de logística, locação, serviços de terceiros e TI; (iii) substituição de iluminação convencional por sistemas de LED (mais eficientes); (iv) redução do investimento destinado à expansão; (v) redução de estoque; (vi) rescisão de

---

<sup>18</sup> Informação disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/02/rj-e-o-segundo-estado-do-brasil-com-mais-lojas-fechadas-em-um-ano-diz-pesquisa.ghtml>.

contratos extremamente onerosos e abusivos ao Grupo; (vii) redução do investimento em marketing e logística; e (viii) encerramento de lojas com resultado operacional negativo.

O Grupo, desde o final de 2019, passou a adotar novas medidas de reestruturação operacional e reposicionamento. Com vistas a reduzir o custo médio pago pelas mercadorias e, por conseguinte, aumentar as margens dos produtos, o Grupo tem buscado (i) simplificar processos que agilizam a compra, (ii) ampliar a base de fornecedores eficientes e alinhados com a estrutura operacional do Grupo, (iii) priorizar compras à vista.

Com isso, o Grupo espera reduzir sensivelmente o custo dos seus produtos, repassando a redução para o consumidor e, dessa forma, ampliando sua escala.

Os desafios se intensificaram com a pandemia da COVID-19, sendo certo que o Grupo Leader fez uso de todas as medidas disponibilizadas pelo governo para otimizar sua operação frente ao seu faturamento. Dado o cenário que se impôs ao Grupo Leader, num primeiro momento, o aplicativo whatsapp tornou-se um veículo de venda e, posteriormente, o e-commerce das Recuperandas foi reativado.

O faturamento dessas modalidades de venda, contudo, ainda é bem tímido, muito em razão do nicho de mercado em que o Grupo Leader atua e os efeitos severos da pandemia na renda de seus consumidores. Acredita-se que, com o incremento da renda das classes C, D e E, esses veículos possam crescer exponencialmente.

Com a reabertura das lojas, as Recuperandas iniciaram uma sistemática de remanejamento de 25% do estoque entre seu pontos de venda físicos, a fim de minimizar rupturas e perda de vendas. O reposicionamento de preços também se tornou chave manter a atratividade dos produtos vendidos.

Como se não bastasse, o Grupo Leader migrou parcialmente para um modelo de lojas de até 500 m<sup>2</sup>, com planta estrategicamente desenhada e sortimento enxuto. Essa foi a forma encontrada para minimizar os impactos do fechamento de algumas lojas em razão das dificuldades de caixa criadas pela pandemia: mobiliário

e colaboradores foram transferidos das lojas fechadas para essas novas lojas, evitando o comprometimento do caixa com o pagamento de rescisões, por exemplo. Tentou-se encontrar na dificuldade, uma oportunidade.

Nada obstante, em que pese toda a série de medidas que as Recuperandas vêm adotando para se adaptar ao novo momento, nenhuma delas, isoladamente ou em conjunto, surtirá os efeitos desejados caso o passivo do Grupo Leader não seja reestruturado.

Como visto, em que pese a destacada atuação do Grupo Leader desde a sua fundação, uma série de fatores externos, alheios à sua gestão administrativa, vem contribuindo para a grave crise financeira experimentada nos últimos anos. Nesse contexto, a concessão de recuperação judicial é medida imprescindível para a preservação da empresa, da fonte de empregos e renda, possibilitando o seu soerguimento.

O Grupo Leader é saudável, com capacidade para continuar operando e gerando riqueza para o país. Tudo indica que será capaz de, após negociar com seus credores novas formas e prazos de pagamento da dívida existente hoje, retomar seu crescimento.

Todos esses fatores levam à conclusão de que esta é uma recuperação plenamente possível, que atende aos fins da LRF.

## **2.5. RAZÕES PARA O PLANO CONJUNTO.**

Como já indicado na petição inicial da Recuperação Judicial, as Recuperandas acreditam que:

- i. em que pese terem personalidades jurídicas diversas, patrimônios autônomos e estruturas próprias adequadas para exercício de suas atividades (substância econômica), reúnem esforços no sentido de possibilitar o desenvolvimento da atividade de varejo;

- ii. isso fica bastante evidente por meio das inúmeras garantias cruzadas, o que, em última análise, impossibilita a reestruturação isolada das Recuperandas;
- iii. dito de outro modo: as Recuperandas, a toda evidência, compõem grupo econômico. Sociedades que, apesar de juridicamente independentes, com personalidades jurídicas, estruturas operacionais e patrimônios próprios, são economicamente interligadas;
- iv. Assim, pressupor que alguma sociedade do Grupo Leader poderá não ser objeto da Recuperação Judicial enquanto outras se recuperam implica ignorar a consequência danosa que se oporia à atividade remanescente, à luz das complexidades jurídicas e práticas que o insucesso de uma das empresas poderia criar, visto que o soerguimento de uma única Recuperanda depende da recuperação de todo o Grupo Leader, conjuntamente.
- v. A implementação do Plano termina por confirmar a interconexão entre as Recuperandas, antes e depois do processo recuperacional, fundamentando a consolidação substancial como a medida mais adequada e mais eficiente à superação da crise econômico financeira do Grupo Leader e da recuperação dos créditos dos Credores Concurtais.

### **3. REESTRUTURAÇÃO DE CRÉDITOS NÃO SUJEITOS.**

**3.1. ADESÃO AO PLANO.** Os Credores titulares de Créditos Não Sujeitos poderão aderir ao Plano com seus Créditos Não Sujeitos para recebê-los na forma prevista na Cláusula 5.9 abaixo.

**3.2. FORMALIZAÇÃO DA ADESÃO.** Os Credores titulares de Créditos Não Sujeitos deverão formalizar sua adesão ao Plano por meio da celebração do Termo de

Adesão, na forma do Anexo III, a ser recebido, devidamente preenchido e assinado, pelas Recuperandas.

#### **4. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE REESTRUTURAÇÃO.**

**4.1. OBJETIVO DO PLANO.** O Plano visa permitir que as Recuperandas superem sua crise econômico-financeira a partir da implementação de medidas essenciais previstas neste Plano, em especial, a reestruturação do seu passivo, possibilitando a manutenção da atividade varejista competitiva. A consecução dos objetivos do Plano permitirão o soerguimento empresarial bem-sucedido, preservando-se, em última análise, a manutenção de empregos diretos e indiretos e os direitos de seus Credores. Além da adoção das medidas descritas nas Cláusulas abaixo, como forma de superar a sua atual e circunstancial crise econômico-financeira e atender aos objetivos do Plano, o Grupo Leader poderá ainda utilizar-se de todos os meios de recuperação previstos no artigo 50 da LRF e outras leis aplicáveis.

**4.2. REESTRUTURAÇÃO DAS DÍVIDAS.** O Grupo Leader reestruturará as dívidas contraídas perante os seus Credores na forma prevista na Cláusula 5 abaixo.

**4.2.1. DÍVIDA TRIBUTÁRIA.** O Grupo Leader desde muito antes do ajuizamento desta recuperação judicial vem buscando o equacionamento de sua dívida tributária através dos parcelamentos disponibilizados pelos respectivos entes federativos. Assim, uma parte da dívida tributária das Recuperandas já está, hoje, inserida em parcelamentos ordinários. Em relação à dívida tributária remanescente, o Grupo Leader está buscando os parcelamentos disponíveis para empresas em recuperação judicial e/ou outros que eventualmente sejam mais benéficos e disponibilizados pelos respectivos entes federativos.

**4.3. REMODELAGEM DA OPERAÇÃO.** Novas estratégias estão sendo estudadas, planejadas e implementadas para ampliação de sortimento das lojas Leader com a oferta de novas categorias de produtos, que tendem a aumentar o ticket médio das Recuperandas. O Grupo Leader pretende, com isso, proporcionar aumento de faturamento, sem comprometer seu capital de giro. Além disso, parcerias estão sendo feitas diretamente com fabricantes e estilistas iniciantes, para a

utilização do espaço das lojas físicas para vendas ou mesmo o oferecimento via *e-commerce* de produtos que não estão disponíveis nas lojas físicas. Com isso, a expectativa de geração de caixa é positiva e tende a se concretizar em pouco tempo, iniciando um fluxo financeiro que torna possível investimentos em expansão e a retomada do ciclo virtuoso do Grupo Leader. De todo modo, todos os esforços das Recuperandas dependem ainda de fatores externos como a vacinação em massa da população e a retomada da economia.

**4.4. ALIENAÇÃO E/OU ONERAÇÃO DE ATIVOS.** Como forma de obtenção de recursos, reforço de liquidez para a estrutura de capital das Recuperandas, reinvestimento nos negócios e otimização da operação, a Alienação de Ativos do Grupo Leader fica desde já autorizada, independente de nova aprovação do Juízo da Recuperação e/ou dos Credores Concurssais, durante todo o período da Recuperação Judicial (ou depois dele), podendo promover a alienação e/ou oneração de bens que integram o ativo não circulante, tangível ou intangível, seja na forma de venda direta na forma do artigo 66 da LRF ou de processo competitivo de venda de unidade produtiva isolada, nos termos dos artigos 60, *caput* e parágrafo único, 142 e demais disposições aplicáveis da LRF e artigo 133, §1º, do Código Tributário Nacional, desde que observados os termos deste Plano. A autorização geral para Alienação de Ativos do Grupo Leader não inclui a alienação da marca “Leader” em quaisquer classes de registro junto ao INPI.

**4.5. FATURAMENTO EXCEDENTE.** Faturamento bruto anual da ULL excedente a R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) será utilizado para amortização de Créditos Trabalhistas, Créditos Financeiros, Créditos Quirografários, Créditos ME/EPP e Créditos Extraconcurssais Reestruturados, na forma das Cláusulas 5.1(iii), 5.2(xiii)(b), 5.3.2, 5.4(iv) e 5.9 abaixo. Na eventualidade de a ULL ser adquirida por outro *player* do setor, para fins de contabilização do Faturamento Excedente, será considerado apenas o faturamento das lojas que forem originalmente lojas Leader. O valor de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) referido anteriormente será atualizado anualmente, a partir da Data de Homologação, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) ou pelo índice que venha a substituí-lo. A constatação da existência de Faturamento Excedente e o cálculo de

seu valor se darão anualmente em 31 de maio, após a auditoria das demonstrações financeiras das Recuperandas, tendo como referência o faturamento de janeiro a dezembro do ano anterior.

**4.5.1.** Para os Credores Colaboradores, em razão da relevância do apoio para o sucesso do soerguimento das Recuperandas, o faturamento será considerado excedente quando superior a R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), observado, no mais, o disposto no *caput* da Cláusula 4.5. acima.

**4.5.2.** Como o pagamento de 50% (cinquenta por cento) dos Créditos Financeiros estará sujeito a futuro e incerto Evento de Liquidez ou Distribuição de Dividendos, em relação aos Credores Financeiros, o faturamento será considerado excedente quando superior a R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), observado, no mais, o disposto no *caput* da Cláusula 4.5. acima.

## **5. REESTRUTURAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDAS.**

**5.1. PAGAMENTO DOS CREDORES TRABALHISTAS.** Todos os Credores Trabalhistas terão seus Créditos Trabalhistas adimplidos, ressalvada a incidência das previsões contidas na Cláusula 5.5 abaixo, da seguinte maneira:

(i) Créditos Trabalhistas até o valor de 5 (cinco) salários mínimos vigentes na Data de Homologação: parcela única, a ser paga até 30 (trinta) dias após a Data de Homologação. Incidirão juros de 2% (dois por cento) ao ano, somado à TR, a partir da Data de Homologação sobre a parcela a ser paga.

(ii) Créditos Trabalhistas superiores a 5 (cinco) salários mínimos vigentes na Data de Homologação até o valor de 300 (trezentos) salários mínimos vigentes na Data de Homologação: em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 30 (trinta) dias após a Data de Homologação. Incidirão juros de 2% (dois por cento) ao ano, somado à TR, a partir da Data de Homologação sobre a parcela a ser paga.

(iii) Créditos Trabalhistas superiores a 300 (trezentos) salários mínimos vigentes na Data de Homologação: 300 (trezentos) salários mínimos vigentes na Data de Homologação serão pagos na forma da Cláusula 5.1(ii) acima e o valor que sobejar o montante de 300 (trezentos) salários mínimos vigentes na Data de Homologação será pago na forma da Cláusula 5.2 (xiii) 'a' e 'b' abaixo.

**5.2. PAGAMENTO DOS CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS.** Todos os Credores Quirografários terão seus Créditos Quirografários adimplidos com a incidência de juros de 2% (dois por cento) ao ano, somado à TR, a partir da Data de Homologação sobre a parcela a ser paga, ressalvada a incidência das previsões contidas nas Cláusulas 5.3, 5.5 e 5.6 abaixo, da seguinte maneira:

(i) Créditos Quirografários até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais): parcela única, a ser paga até 30 (trinta) dias após a Data de Homologação;

(ii) Créditos Quirografários superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais): parcela única, a ser paga até 60 (sessenta) dias após a Data de Homologação;

(iii) Créditos Quirografários superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): parcela única, a ser paga até 90 (noventa) dias após a Data de Homologação;

(iv) Créditos Quirografários superiores a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais): em 18 (dezoito) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(v) Créditos Quirografários superiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais): em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(vi) Créditos Quirografários superiores a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) até o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais): em 30 (trinta)

parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(vii) Créditos Quirografários superiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais): em 36 (trinta e seis) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(viii) Créditos Quirografários superiores a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) até o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais): em 42 (quarenta e duas) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(ix) Créditos Quirografários superiores a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) até o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais): em 48 (quarenta e oito) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(x) Créditos Quirografários superiores a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): em 54 (cinquenta e quatro) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(xi) Créditos Quirografários superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais): em 60 (sessenta) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(xii) Créditos Quirografários superiores a R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) até o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): em 66 (sessenta e seis) parcelas iguais e mensais, sendo a primeira parcela devida até 120 (cento e vinte) dias após a Data de Homologação;

(xiii) Créditos Quirografários que superam o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

a) 10% (dez por cento) do valor do Crédito Quirografário será pago em 12 (doze) parcelas iguais e anuais, sendo a primeira parcela devida 4 (quatro) anos após a Data de Homologação. Para o bem da clareza, os juros devidos no período de 3 (três) anos a contar da Data de Homologação serão acrescidos ao valor do montante principal para cálculo das parcelas anuais; a partir de então, incidirão juros de 2% (dois por cento) ao ano, somados à TR, sobre a parcela devida até a data de seu efetivo pagamento.

a.1) Os Credores Quirografários que também se qualificarem como Credores Colaboradores, em vez do previsto na Cláusula 5.2 (xiii) (a) acima, receberão 10% (dez por cento) do valor do Crédito Quirografário em 13 (treze) parcelas iguais e anuais, sendo a primeira parcela devida 2 (dois) anos após a Data de Homologação. Para o bem da clareza, os juros devidos no período de 1 (um) ano a contar da Data de Homologação serão acrescidos ao valor do montante principal para cálculo das parcelas anuais; a partir de então, incidirão juros de 2% (dois por cento) ao ano, somados à TR, sobre a parcela devida até a data de seu efetivo pagamento.

b) até 90% (noventa por cento) do valor do Crédito Quirografário será amortizado de forma anual, através de 4% (quatro por cento) do Faturamento Excedente, se existente. As amortizações acontecerão sempre no dia 30 de junho, sendo a primeira realizada em 2022 e a última em 2036. O compartilhamento do Faturamento Excedente entre os Credores será feito *pro rata* de forma proporcional ao valor dos seus Créditos Concurtais.

**5.3. PAGAMENTO DOS CREDITORES FINANCEIROS.** A diferenciação nos critérios de reestruturação dos Créditos Financeiros reflete a diferenciação de natureza jurídica das respectivas e específicas relações contratuais, que têm origem em

financiamentos e em outros instrumentos de crédito financeiro tomados pelas Recuperandas em sua fase de expansão. Assim, todos os Credores Financeiros terão seus Créditos Financeiros adimplidos, com a incidência de juros de 2% (dois por cento) ao ano, somados à TR, sobre a parcela devida, a partir da Data de Homologação, ressalvada a incidência das previsões contidas nas Cláusulas 5.5 e 5.6 abaixo, da seguinte maneira:

**5.3.1.** 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DO CRÉDITO FINANCEIRO: 20% (vinte por cento) do valor do Crédito Financeiro será pago em 12 (doze) parcelas iguais e anuais, sendo a primeira parcela devida 4 (quatro) anos após a Data de Homologação. Os juros devidos no período de 3 (três) anos a contar da Data de Homologação serão acrescidos ao valor do montante principal para cálculo das parcelas anuais; a partir de então, incidirão juros de 2% (dois por cento) ao ano, somados à TR, sobre a parcela devida até a data de seu efetivo pagamento.

**5.3.2.** ATÉ 30% (TRINTA POR CENTO) DO VALOR DO CRÉDITO FINANCEIRO: O pagamento de 30% (trinta por cento) do valor do Crédito Financeiro ocorrerá apenas se, até 2036, houver Faturamento Excedente. Nesse caso, o pagamento desse percentual será amortizado de forma anual, através de 4% (quatro por cento) do Faturamento Excedente.

**5.3.2.1.** As amortizações acontecerão sempre no dia 30 de junho, sendo a primeira realizada em 2022 e a última em 2036.

**5.3.2.2.** O compartilhamento do Faturamento Excedente entre os Credores será feito *pro rata* de forma proporcional ao valor dos seus Créditos Concurrais.

**5.3.2.3.** Se até 2036 não houver Faturamento Excedente ou se este for insuficiente para o pagamento integral de 30% (trinta por cento) do valor do Crédito Financeiro, o saldo remanescente de 30% (trinta por cento) do valor do Crédito Financeiro será considerado como deságio a ser aplicado sobre o valor do Crédito Financeiro.

**5.3.3.** ATÉ 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR DO CRÉDITO FINANCEIRO: O pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do Crédito Financeiro se dará

somente na hipótese de ocorrência de Eventos de Liquidez e Distribuição de Dividendos, exclusivamente até um Evento Venda Total de Ações ou até o Evento IPO ou até 2036, o que acontecer primeiro. Eventos de Venda Parcial de Ações e Distribuição de Dividendos, desde que anteriores, poderão ser cumulados, para fins de pagamento, com Evento Venda Total de Ações ou Evento IPO.

**5.3.3.1. DESÁGIO.** O pagamento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Crédito Financeiro não será devido se, até 2036, não sejam verificados Eventos de Liquidez ou Distribuição de Dividendos. Caso não sejam verificados Eventos de Liquidez, Distribuição de Dividendos ou o valor arrecadado através dos Eventos de Liquidez e de Distribuição de Dividendos não for suficiente para o pagamento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Crédito Financeiro na forma das Cláusulas 5.3.3.2., 5.3.3.3. e 5.3.3.4. abaixo, o saldo remanescente de 50% (cinquenta por cento) do valor do Crédito Financeiro será considerado como deságio a ser aplicado sobre o valor do Crédito Financeiro.

**5.3.3.2. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS.** Na ocorrência de Distribuição de Dividendos, para cada R\$ 1,00 (um) real distribuído ao Controlador, R\$ 2,00 (dois) reais deverão ser pagos aos Credores Financeiros, até o montante até então não pago do valor indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima.

**5.3.3.2.1.** Os Credores não poderão se opor a retenção integral do lucro líquido pela ULL, caso assim seja deliberado, justificadamente e no interesse exclusivo desta Recuperação Judicial, em sua Assembleia Ordinária de Acionistas, na forma do § 3º do art. 202 da Lei das S.A.

**5.3.3.3. EVENTO VENDA PARCIAL DE AÇÕES.** Na ocorrência de um Evento Venda Parcial de Ações, 30% (trinta por cento) do Valor Líquido recebido pelo Controlador será destinado ao pagamento *pro rata* proporcionalmente ao valor dos Créditos Financeiros do montante até então não pago do valor indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima.

**5.3.3.3.1.** Esse percentual poderá ser menor se dessa forma de pagamento resultar a quitação integral do montante até então não pago do valor indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima.

**5.3.3.3.2.** O pagamento poderá ser feito em até 30 (trinta) dias corridos do efetivo recebimento dos Valores Líquidos pelo Controlador.

**5.3.3.4.** EVENTO VENDA TOTAL DE AÇÕES. Na ocorrência de um Evento Venda Total de Ações, 30% (trinta por cento) do Valor Líquido recebido pelo Controlador será destinado ao pagamento *pro rata* proporcionalmente ao valor dos Créditos Financeiros até o montante até então não pago indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima .

**5.3.3.4.1.** Esse percentual poderá ser menor se dessa forma de pagamento resultar a quitação integral do montante até então não pago indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima.

**5.3.3.4.2.** O pagamento poderá ser feito em até 30 (trinta) dias corridos do efetivo recebimento dos Valores Líquidos pelo Controlador.

**5.3.3.4.3.** Prevalecerá a forma de pagamento descrita nesta Cláusula 5.3.3.4. ainda que um Evento Venda Total de Ações ocorra sucessiva ou simultaneamente a um Evento IPO.

**5.3.3.5.** EVENTO IPO. Na ocorrência de um Evento IPO, 10% (dez por cento) do Valor Líquido recebido pela ULL será destinado ao pagamento *pro rata* proporcionalmente ao valor dos Créditos Financeiros do montante até então não pago indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima.

**5.3.3.5.1.** Esse percentual poderá ser menor se dessa forma de pagamento resultar a quitação integral do montante até então não pago indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima.

**5.3.3.5.2.** O pagamento poderá ser feito em até 30 (trinta) dias corridos do efetivo recebimento dos Valores Líquidos pela ULL.

**5.3.3.5.3.** Caso o montante auferido pelos Credores Financeiros até a ocorrência do Evento IPO seja inferior ao montante indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3., a ULL emitirá, em até 90 (noventa) dias contados do fim do Evento IPO, debêntures privadas, mandatoriamente conversíveis em ações, no valor remanescente não pago do montante indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. (“Debêntures Privadas Conversíveis”), da seguinte forma:

a) VALOR. As Debêntures Privadas Conversíveis terão o valor unitário igual ao valor de emissão de ações da ULL no Evento IPO.

b) QUANTIDADE. Cada Credor Financeiro receberá o número de Debêntures Privadas Conversíveis que for necessário para o Credor Financeiro receber o equivalente ao valor remanescente não pago, ao fim do Evento IPO, do montante indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3., observadas as demais disposições deste Plano.

c) VIGÊNCIA E VENCIMENTO. As Debêntures Privadas Conversíveis terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão, de modo que sua data de vencimento para integral conversão em ações será 5 (cinco) anos posterior à sua data de emissão.

d) CONVERSÃO ANTECIPADA. A partir do sexto mês seguinte à emissão das Debêntures Privadas Conversíveis, uma vez a cada semestre e durante o prazo de vigência das Debêntures Privadas Conversíveis, os debenturistas poderão converter antecipada e parcialmente suas Debêntures Privadas

Conversíveis em ações da ULL, desde que o debenturista informe à ULL a quantidade de Debêntures Privadas Conversíveis que pretende converter entre o primeiro e o último dia dos meses de fevereiro e agosto.

e) LIMITE À CONVERSÃO ANTECIPADA. A conversão antecipada e semestral das Debêntures Privadas Conversíveis será de, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade de Debêntures Privadas Conversíveis detida individualmente por cada debenturista e ocorrerá no dia 10 (dez) dos meses de março e setembro de cada ano. Os debenturistas que não optarem pela conversão antecipada semestral poderão acumular o percentual de conversão semestral permitido para o semestre seguinte e assim sucessivamente, somando-se no semestre seguinte o percentual que deixou de ser convertido no semestre anterior.

f) VALOR DA AÇÃO NA CONVERSÃO. A relação da conversão de cada Debênture Privada Conversível em ações da ULL será calculada pela divisão do valor de cada Debênture Privada Conversível pelo valor médio de compra das ações da ULL, após o fechamento de cada pregão da bolsa de valores inerente, ocorridos nos 3 (três) meses anteriores à solicitação da conversão.

g) LIMITE AO AUMENTO DE CAPITAL. A conversão das Debêntures Privadas Conversíveis em ações da ULL não poderá resultar em emissão de mais de 30% (trinta por cento) do número total de ações da ULL em circulação, antes da emissão das Debêntures Privadas Conversíveis.

h) POSSIBILIDADE DE AUMENTO DO VALOR DA AÇÃO NA CONVERSÃO. Caso o limite previsto na Cláusula 5.3.3.5.3. (g) acima seja atingido, o valor de emissão das ações da ULL será aumentado de modo que apenas 30% (trinta por cento) do

número total de ações da ULL em circulação antes da emissão das Debêntures Privadas Conversíveis sejam emitidas. O mesmo mecanismo será adotado no caso da conversão antecipada semestral das Debêntures Privadas Conversíveis.

i) LIMITES À VENDA DAS AÇÕES CONVERTIDAS. Caso o debenturista decida converter a totalidade das suas Debêntures Privadas Conversíveis de uma única vez, quando possível, nos termos dessa Cláusula 5.3.3.5.3., o debenturista deverá reter as ações recebidas em razão da conversão para venda diluída no período de 36 (trinta e seis) meses. Isto é, nesta hipótese, o debenturista poderá vender mensalmente apenas 1/36 (um trinta e seis avos) das ações que vier a receber em razão da conversão das suas Debêntures Privadas Conversíveis. O debenturista que converter antecipadamente suas Debêntures Privadas Conversíveis, por sua vez, deverá reter as ações recebidas em razão da conversão para venda diluída pelo período de 6 (seis) meses para cada 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade das Debêntures Privadas Conversíveis detida individualmente por cada debenturista que forem convertidas em ações. Isto é, na hipótese de conversão de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade das Debêntures Privadas Conversíveis detida individualmente por cada debenturista, o debenturista poderá vender mensalmente apenas 1/6 (um sexto) das ações que vier a receber em razão da conversão antecipada das suas Debêntures Privadas Conversíveis; se o percentual for de 50% (cinquenta por cento), conforme permitido neste Plano, poderá vender mensalmente apenas 1/12 (um doze avos) das ações que vier a receber em razão da conversão antecipada das suas Debêntures Privadas Conversíveis e assim sucessivamente.

j) **NOVAÇÃO.** A emissão das Debêntures Privadas Conversíveis implicará novação do valor remanescente não pago, ao fim do Evento IPO, do montante do Crédito Financeiro indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. acima.

k) **DESÁGIO.** A não conversão das Debêntures Privadas Conversíveis em ações da ULL até a data de seu vencimento será considerada como deságio do Crédito Financeiro. As Debêntures Privadas Conversíveis, no seu vencimento, apenas serão pagas em ações da ULL.

**5.3.3.5.4.** Antes do prazo de 90 (noventa) dias estipulado no *caput* da Cláusula 5.3.3.5.3. acima, a ULL deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para alterar seu Estatuto Social, de forma a permitir o aumento de seu capital social através do mecanismo de aumento de capital autorizado, na forma do § 2º do art. 59 da Lei das S.A., até o limite de 20% (vinte por cento) do número de ações da ULL em circulação, para fins do cumprimento das disposições desse Plano.

**5.3.3.5.5.** Os Credores Financeiros poderão optar, a qualquer tempo, por meio de notificação enviada às Recuperandas e ao seu Administrador Judicial – caso não esgotado o período de supervisão legal –, na forma da Cláusula 9.3. abaixo, por não ter o valor remanescente não pago, ao fim do Evento IPO, do montante indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. convertido em Debêntures Privadas Conversíveis. Caso as Debêntures Privadas Conversíveis já tenham sido emitidas, elas deverão ser canceladas. Em qualquer dessas hipóteses, o valor remanescente não pago, ao fim do Evento IPO, do montante indicado no *caput* da Cláusula 5.3.3. será considerado como deságio a ser aplicado sobre o

valor do Crédito Financeiro remanescente e, por conseguinte, quitado.

**5.3.4. GARANTIA DOS CRÉDITOS FINANCEIROS.** Serão mantidas eventuais garantias detidas originalmente pelos Credores Financeiros. Para tanto, as Recuperandas se comprometem a recompor o fluxo de recebíveis em determinadas contas, previstas nos respectivos instrumentos de garantia, e os Credores Financeiros, por sua vez, concordam que o fluxo de recebíveis anual, a contar da Data de Homologação, nas referidas contas será equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor dos Créditos Financeiros garantidos.

**5.3.5. RESSALVA.** O voto favorável dos Credores Financeiros à aprovação deste Plano não configura renúncia, aceitação, acordo ou reconhecimento, por parte das Recuperandas e/ou dos Credores Financeiros, com relação aos argumentos e teses discutidos no bojo desta Recuperação Judicial.

**5.4. PAGAMENTO DOS CREDORES ME/EPP.** Todos os Credores ME/EPP terão seus Créditos ME/EPP adimplidos, com a incidência de juros de 2% (dois por cento) ao ano, somado à TR, a partir da Data de Homologação sobre a parcela a ser paga, ressalvada a incidência das previsões contidas nas Cláusulas 5.5 e 5.6 abaixo, da seguinte maneira:

- (i) Créditos ME/EPP até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais): parcela única, a ser paga até 30 (trinta) dias após a Data de Homologação;
- (ii) Créditos ME/EPP superiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais): parcela única, a ser paga até 60 (sessenta) dias após a Data de Homologação;
- (iii) Créditos ME/EPP superiores a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) até o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): parcela única, a ser paga até 90 (noventa) dias após a Data de Homologação;
- (iv) Créditos ME/EPP superiores a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): serão pagos na forma da Cláusula 5.2 (xiii) 'a', 'a.1' e 'b' acima.

**5.5. PAGAMENTO DOS CRÉDITOS RETARDATÁRIOS.** Com o trânsito em julgado da decisão do Juízo da Recuperação que habilitar o Crédito Trabalhista, o Crédito Financeiro, o Crédito Quirografário e o Crédito ME/EPP, todos os Credores Trabalhistas, Credores Financeiros, Credores Quirografários e Credores ME/EPP que forem Credores Retardatários terão seus Créditos adimplidos, respectivamente, na forma das Cláusulas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 acima. Os prazos de pagamento previstos, contudo, serão contados a partir do trânsito em julgado da decisão do Juízo da Recuperação que habilitar o Crédito Retardatário, se referido trânsito em julgado for posterior à Data de Homologação ou posterior ao início dos pagamentos. Para o bem da clareza, Credores Trabalhistas, Credores Financeiros, Credores Quirografários e Credores ME/EPP Retardários, (a) para fins de compartilhamento do Faturamento Excedente, serão considerados em conjunto com os Credores já habilitados e também receberão qualquer amortização de forma *pro rata* proporcional ao valor do seu Crédito; e (b) não terão direito a qualquer amortização em razão da existência de Faturamento Excedente que tenha sido constatada antes do trânsito em julgado da decisão do Juízo da Recuperação que habilitar o Crédito Trabalhista, o Crédito Financeiro, o Crédito Quirografário e o Crédito ME/EPP Retardatário; além disso, (c) o Credor Financeiro Retardatário não terá direito à conversão de seu crédito em ações do capital social da ULL, caso a alienação das ações da ULL tenha se dado antes do trânsito em julgado da decisão do Juízo da Recuperação que habilitar o Crédito Financeiro Retardatário.

**5.6. PAGAMENTO DOS CRÉDITOS ILÍQUIDOS.** Os Créditos Ilíquidos serão pagos nos termos das Cláusulas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 acima. Aqueles Créditos Ilíquidos que também forem Créditos Retardatários serão pagos após a sua devida habilitação, nos termos da Cláusula 5.5 acima.

**5.7. PAGAMENTO DOS CRÉDITOS DETIDOS PELOS CREDITORES SUB-ROGATÁRIOS.** Os Créditos detidos pelos Credores Sub-roгатários serão pagos nas mesmas condições previstas nesse Plano para pagamento do credor original.

**5.8. ACELERAÇÃO DO PAGAMENTO DOS CREDITORES COLABORADORES.** Os Credores Quirografários e os Credores ME/EPP que forem Credores Colaboradores, terão

seus Créditos Quirografários e Créditos ME/EPP adimplidos, adicionalmente, da seguinte forma:

(i) 2% (dois por cento) do valor do crédito médio diário concedido às Recuperandas em novas compras de 01.12.2020 a 30.05.2022, para a primeira amortização, e nos 12 (doze) meses que antecederem as amortizações seguintes. As amortizações acontecerão sempre no dia 30 de junho, sendo a primeira realizada em 2022 e a última em 2036.

(ii) 20% (vinte por cento) do valor do lucro bruto gerado pelo Credor Colaborador nos 12 (meses) que antecederem as amortizações, que exceder o maior lucro já gerado pelo Credor Colaborador no seu relacionamento com o Grupo Leader até o ajuizamento desta Recuperação Judicial no período de 12 meses. Tais valores serão oportunamente informados ao i. Administrador Judicial, bem como atualizados a uma taxa de 2% ao ano a partir da Data de Homologação. As amortizações acontecerão sempre no dia 30 de junho, sendo a primeira realizada em 2022 e a última em 2036.

**5.9. PAGAMENTO DOS CRÉDITOS EXTRAJUDICIAIS REESTRUTURADOS.** Todos os Credores Extrajudiciais Reestruturados terão seus Créditos Extrajudiciais Reestruturados adimplidos da seguinte maneira:

**5.9.1. CRÉDITOS FINANCEIROS REESTRUTURADOS.** Todos os Créditos Financeiros Reestruturados serão adimplidos na forma da Cláusula 5.3 acima, com as seguintes ressalvas:

a) Os juros incidentes sobre as parcelas a serem pagas serão equivalentes a 100% (cem por cento) do CDI, a partir da Data de Homologação.

b) O percentual de 4% (quatro por cento) do Faturamento Excedente referido na Cláusula 5.3.2. acima não será compartilhado entre Credores Concursais e Credores Financeiros Reestruturados. Os Credores Financeiros Reestruturados também compartilharão entre si, de forma *pro rata* e proporcional ao valor do Crédito Financeiro Reestruturado,

montante equivalente a 4% (quatro por cento) do Faturamento Excedente.

c) Não será aplicado deságio aos Créditos Financeiros Reestruturados. Caso até o Evento Venda Total de Ações, o Evento IPO ou até 2036, o que acontecer primeiro, o Crédito Financeiro Reestruturado não tenha sido integralmente pago, o saldo remanescente deverá ser pago em 7 (sete) parcelas anuais, sendo a primeira devida em 1º de julho de 2037.

d) Não serão concedidas ou mantidas quaisquer garantias eventualmente existentes.

**5.9.2.** DEMAIS CRÉDITOS EXTRAJUDICIAIS REESTRUTURADOS. Todos os Créditos Extrajudiciais Reestruturados que não forem Créditos Financeiros Reestruturados serão adimplidos na forma da Cláusula 5.2 acima. O disposto nesta Cláusula 5.9.2., contudo, não obsta que outras soluções sejam alcançadas via conciliação ou mediação, nos termos do art. 20-A e seguintes da LRF.

**6. PROGRAMA PARA ELIMINAÇÃO DE CONTINGÊNCIAS.** Qualquer Credor que pleiteie Crédito contra o Grupo Leader, objeto de disputa judicial ou arbitral movida em face de qualquer das Recuperandas, que tenha interesse na composição amigável, será elegível para participação no Programa para Eliminação de Contingências.

**6.1.** Serão considerados como Credores aderentes elegíveis ao Programa de Eliminação de Contingências todos os Credores que firmarem termo de adesão ao Programa para Eliminação de Contingências (Anexo IV), aceitando uma transação para pagamento reduzido do valor de seu Crédito, com a consequente redução da base de litígios e disputas das Recuperandas.

**6.2.** Os Credores interessados no Programa de Eliminação de Contingências poderão aderir ao referido programa sem que isso configure renúncia, aceitação, acordo ou reconhecimento, por parte das Recuperandas e/ou dos Credores, com relação aos argumentos e teses discutidos nas respectivas ações ou disputas.

**6.3.** O Valor de Referência para a implementação do Programa de Eliminação de Contingência dependerá da fase na qual se encontra a disputa entre o Credor e as Recuperandas, a saber:

(i) no caso de disputas nas quais já exista sentença ou acórdão em sede apelação condenando as Recuperandas em valor líquido, será considerado como valor de referência o valor estipulado na sentença ou, se houver, no acórdão;

(ii) no caso de disputas em que ainda não haja sentença ou acórdão condenando as Recuperandas em valor líquido, será considerado como valor de referência o valor pleiteado pelo Credor na ação ou disputa.

**6.4.** No âmbito das disputas ou pleitos de natureza trabalhista do Programa de Eliminação de Contingências, as Recuperandas pagarão ao respectivo Credor um valor correspondente a:

(i) 20% do Valor de Referência, no caso de disputas nas quais já exista sentença ou acórdão em sede apelação condenando as Recuperandas em valor líquido até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

(ii) Até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no caso de disputas nas quais já exista sentença ou acórdão em sede apelação condenando as Recuperandas em valor líquido superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

(iii) 15% do Valor de Referência, no caso de disputas em que ainda não haja sentença ou acórdão condenando as Recuperandas em valor líquido, em que o Credor pleiteie até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na ação ou disputa.

(iv) Até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso de disputas em que ainda não haja sentença ou acórdão condenando as Recuperandas em valor líquido, em que o Credor pleiteie valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na ação ou disputa.

**6.4.1.** As Recuperandas destinarão até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mensais para Programa de Eliminação de Contingências. Para o bem da clareza, ainda que o Credor seja elegível ao Programa de Eliminação de Contingências, o Grupo Leader não será obrigado a efetuar qualquer acordo, ainda que nos termos deste Plano, quando o montante acima referido já tenha sido utilizado no mês.

**6.5.** No âmbito das disputas ou pleitos de natureza consumerista do Programa de Eliminação de Contingências, as Recuperandas pagarão ao Credor um valor correspondente a 20% do Valor de Referência, limitado ao valor individual por Credor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e ao valor global anual, a partir da Homologação Judicial do Plano, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

**6.6.** No âmbito das demais disputas ou pleitos de natureza cível do Programa de Eliminação de Contingências, as Recuperandas pagarão ao Credor um valor correspondente a 20% do Valor de Referência, limitado ao valor global anual, a partir da Homologação Judicial do Plano, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

**6.7.** Todas as transações firmadas serão anualmente informadas ao Juízo da Recuperação e ao i. Administrador Judicial e/ou sempre que solicitada tal informação.

## **7. REGRAS ADICIONAIS A SEREM OBSERVADAS PARA A LIQUIDAÇÃO DA DÍVIDA.**

**7.1. FORMA DE PAGAMENTO.** Exceto para os Credores Trabalhistas, que poderão receber mediante depósito judicial nos autos dos respectivos Processos, os valores devidos aos Credores serão pagos mediante (i) transferência direta de recursos ou depósito na conta bancária do respectivo Credor; ou (ii) por ordem de pagamento a ser sacada diretamente no caixa da instituição financeira pelo respectivo Credor, conforme o caso, servindo o comprovante da referida operação financeira como prova da quitação do respectivo pagamento. Para tanto, os Credores devem, no prazo de 10 (dez) dias contados da Data de Homologação e/ou do trânsito em julgado da decisão do Juízo da Recuperação que habilitar o Crédito, o que acontecer por último, informar suas respectivas contas bancárias para os fins previstos nesta Cláusula, mediante comunicação por escrito endereçada a qualquer uma das

Recuperandas, nos termos da Cláusula 9.3 abaixo. Os pagamentos que não forem realizados tempestivamente em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias em referido prazo não serão considerados como um evento de descumprimento do Plano. Neste caso, a critério das Recuperandas, os pagamentos devidos aos Credores que não tiverem informado suas contas bancárias poderão ser realizados em Juízo, às suas expensas, que responderão por quaisquer custos agregados em razão da utilização da via judicial para depósito. Não haverá a incidência de juros, multas, encargos moratórios ou descumprimento deste Plano se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado tempestivamente suas contas bancárias.

**7.2. MAJORAÇÕES DOS VALORES DOS CRÉDITOS POR DECISÃO JUDICIAL OU ACORDO.** Na hipótese de se verificar eventual majoração no valor de qualquer Crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado ou acordo entre as partes, o valor majorado do Crédito será pago na forma prevista neste Plano, a partir do trânsito em julgado da decisão do Juízo da Recuperação que habilitar, nos autos da Recuperação Judicial, a majoração de tal crédito. Para o bem da clareza, os prazos de pagamento previstos neste Plano apenas serão contados para o valor majorado de tais Créditos a partir do trânsito em julgado da decisão do Juízo da Recuperação que habilitar, nos autos da Recuperação Judicial, o valor majorado.

**7.3. RENÚNCIAS PARCIAIS AOS VALORES DOS CRÉDITOS.** O racional econômico-financeiro deste Plano se baseia no Edital de Credores. Destarte, a fim de não haver a ruptura desse racional, renúncias unilaterais de Crédito que venham a ser informadas pelos Credores só implicarão alteração na condição de pagamento se realizadas até 5 (cinco) dias após a Data de Homologação e, cumulativamente, só terão eficácia para fins de alteração da condição de pagamento, para os primeiros 50 (cinquenta) Credores que assim o fizerem. Para o bem da clareza: para fins de aferição da ordem de renúncias, será considerada a data e o horário do envio de notificação ao i. Administrador Judicial, com cópia para Leader, através de mensagem eletrônica, na forma da Cláusula 9.3 abaixo.

## **8. EFEITOS DO PLANO.**

**8.1. VINCULAÇÃO DO PLANO.** A partir da Homologação Judicial do Plano, as disposições deste Plano vinculam as Recuperandas, os Credores e respectivos Credores Cessionários e/ou Credores Sub-Rogatários e/ou sucessores. A Aprovação do Plano, juntamente com a Homologação Judicial do Plano, constitui autorização e consentimento vinculante concedido pelos Credores para que as Recuperandas possam, dentro dos limites da lei aplicável e deste Plano, adotar todas e quaisquer providências que sejam apropriadas e necessárias para conferir força, validade e efeito ao Plano, bem como implementá-lo, desde que tais providências não tenham o condão de impactar o pagamento, as condições de pagamento, as garantias e o cumprimento do Plano tal como aprovado, hipóteses em que sua adoção e realização deverá ser previamente submetida e aprovada, por maioria simples de voto em todas as classes, em Assembleia Geral de Credores especificamente convocada para este fim, realizada no prazo de 90 (noventa) dias a contar do fornecimento, pelas Recuperandas, de todas as informações relativas à medida que se pretenda aprovar. Para garantir a efetividade do Plano, as Recuperandas se comprometem, durante o período de 2 (dois) anos a contar da Homologação Judicial do Plano, a não realizar operação societária ou financeira que venha a impedir ou prejudicar o cumprimento do Plano.

**8.2. ADITAMENTOS, ALTERAÇÕES OU MODIFICAÇÕES DO PLANO.** Após a Homologação Judicial do Plano, aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostos a qualquer tempo pelas Recuperandas, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitos pelos Credores, na forma da LRF, respeitados os quóruns ali previstos.

**8.3. NOVAÇÃO.** Este Plano implica, na forma do art. 59 da LRF e ressalvado o previsto no § 1º do art. 49 e no § 2º do art. 61 ambos da LRF, a novação dos Créditos Concurtais, que serão pagos na forma estabelecida neste Plano. Por força da referida novação, todas as obrigações, índices financeiros e hipóteses de vencimento antecipado referentes aos Créditos Concurtais, que não tenham sido expressamente previstas neste Plano, deixarão de ser aplicáveis, sendo integralmente substituídas pelas previsões contidas neste Plano.

**8.3.1. EXCEÇÃO.** Observado o disposto no § 1º do art. 49 da LRF, bem como o previsto na Cláusula 5.3.4. acima, ficam expressamente excluídas da novação prevista na Cláusula 8.3. acima, sendo, portanto, mantidas intocadas de pleno direito, todas as garantias fiduciárias, reais ou fidejussórias, relativas aos Créditos.

**8.4. PODERES DO GRUPO LEADER PARA IMPLEMENTAR O PLANO.** Após a Homologação Judicial do Plano, o Grupo Leader fica desde já autorizado pelos Credores a adotar todas as medidas necessárias para (i) requerer o levantamento de protestos e/ou de cadastros de restrição de crédito em desfavor das Recuperandas, relacionados ao não pagamento dos Créditos Concurtais em suas condições originais, (ii) requerer a extinção de pedidos de falência e demandas executivas, bem como (iii) tomar todas as medidas necessárias, de acordo com a legislação, para cumprir o Plano.

**8.5. EXTINÇÃO DE AÇÕES.** Os Credores, a partir da Homologação Judicial do Plano, não mais poderão com relação aos seus respectivos Créditos Concurtais, exceto pelo quanto disposto na LRF, (i) ajuizar e/ou dar continuidade contra as Recuperandas a quaisquer medidas relacionadas a toda e qualquer disputa, pretensão, causa de pedir, sejam elas previamente identificadas ou não, conhecidas ou não, incluindo quaisquer pretensões que os Credores possam ter (seja de forma individualizada ou coletiva); (ii) executar contra as Recuperandas qualquer sentença, decisão judicial ou administrativa ou sentença arbitral relacionada a qualquer Crédito Concurtal em suas condições originais; (iii) penhorar quaisquer bens das Recuperandas para satisfazer seus Créditos Concurtais em suas condições originais ou praticar qualquer outro ato construtivo contra tais bens; (iv) reclamar qualquer direito de compensação contra as Recuperandas em relação a qualquer Crédito Concurtal e (v) manter protestos ou cadastros de restrição de crédito em desfavor das Recuperandas, desde que relacionados ao não pagamento dos Créditos Concurtais em suas condições originais. Todas as eventuais execuções judiciais em curso contra as Recuperandas relativas aos Créditos Concurtais serão extintas e as penhoras e constrições eventualmente existentes serão liberadas em favor das Recuperandas.

**8.5.1.** Não são abrangidas pela Cláusula 8.5. acima quaisquer medidas processuais, movidas em desfavor das Recuperandas e/ou de terceiros, na hipótese de descumprimento do Plano.

**8.6. QUITAÇÃO.** Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, quando realizados em sua totalidade, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos Concurais de qualquer tipo e natureza contra as Recuperandas, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os Credores Concurais serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado integralmente a todos e quaisquer Créditos, e não mais poderão reclamá-los, contra as Recuperandas, controladas, subsidiárias, afiliadas e coligadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário e econômico, e seus diretores, conselheiros, acionistas, sócios, agentes, funcionários, representantes e sucessores a qualquer título.

**8.7. COMPENSAÇÃO.** Os Credores Concurais não poderão, sob qualquer hipótese, promover a compensação, após a Data do Pedido, dos Créditos Concurais de que sejam titulares com eventuais créditos detidos pelas Recuperandas contra eles.

**8.8. ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE E RENÚNCIA DAS PARTES ISENTAS.** Quando do cumprimento das obrigações previstas neste Plano, os Credores Concurais expressa e irrevogavelmente renunciarão, na medida do permitido pela lei aplicável, a quaisquer reivindicações, ações ou direitos de ajuizar, promover ou reivindicar, judicial ou extrajudicialmente, a qualquer título e sem reservas ou ressalvas, a compensação por danos e/ou outras ações ou medidas contra as Partes Isentas em relação aos atos praticados e obrigações assumidas pelas Partes Isentas no âmbito da Recuperação Judicial, desde que a sua atuação tenha se dado dentro dos limites das leis aplicáveis.

**8.9. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS CONCURAIS.** Os Credores poderão ceder ou transferir os seus Créditos, desde que o façam sob as seguintes condições: (i) a cessão seja notificada às Recuperandas com antecedência mínima de 10 Dias Úteis antes das datas de pagamento mediante comunicação por escrito endereçada

a qualquer uma das Recuperandas, nos termos da Cláusula 9.3 abaixo; e (ii) a notificação seja acompanhada da comprovação de que os cessionários receberam e confirmaram o recebimento deste Plano, reconhecendo que o Crédito cedido, seja por força de lei ou adesão voluntária, está sujeito aos efeitos deste Plano.

**8.9.1.** As Recuperandas não têm obrigação de emitir qualquer documento ou divulgar publicamente quaisquer informações com a finalidade de permitir que um Credor transfira quaisquer de seus Créditos.

**8.9.2.** Qualquer transferência em violação às presentes disposições e ao Código Civil será considerada nula *ab initio*.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**9.1. DESCUMPRIMENTO DO PLANO.** Em caso de eventual descumprimento de alguma das obrigações deste Plano, as Recuperandas terão até 90 (noventa) dias para que possam saná-lo adequadamente. No caso de não saneamento após decorrido referido prazo, as Recuperandas poderão requerer, ao Juízo da Recuperação, a convocação de uma Assembleia de Credores com a finalidade de deliberar junto aos Credores sobre a medida mais adequada para sanar o descumprimento do Plano. Esta Cláusula não é prejudicial ao direito dos Credores de comunicarem o Juízo da Recuperação sobre qualquer descumprimento do Plano a qualquer tempo, tampouco ao poder-dever do Juízo da Recuperação previsto no § 1º do artigo 61 da LRF.

**9.2. CONTRATOS EXISTENTES E CONFLITOS.** Na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações assumidas pelas Recuperandas nos contratos celebrados com qualquer Credor Concursal anteriormente à Data do Pedido, o Plano prevalecerá.

**9.3. COMUNICAÇÕES.** Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações às Recuperandas, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por

courier, e efetivamente entregues ou (ii) enviadas por e-mail ou outros meios, quando efetivamente entregues e confirmadas. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma, exceto se de outra forma expressamente prevista neste Plano, ou, ainda, de outra forma que venha a ser informada pelo Grupo Leader:

A/C: Departamento Jurídico Leader  
Avenida Visconde do Rio Branco, n. 511, loja 102,  
Centro, Niterói, RJ  
CEP: 24.020-004  
E-mail: [rj@leader.com.br](mailto:rj@leader.com.br)

A/C: Administrador Judicial  
Rua da Ajuda, n. 35, 17º andar,  
Centro, Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 20.040-915  
E-mail: [admjudleader@nraa.com.br](mailto:admjudleader@nraa.com.br)

**9.4. ENCARGOS FINANCEIROS.** Salvo nos casos expressamente previstos no Plano, não incidirão juros e nem correção monetária sobre o valor dos Créditos Concurtais.

**9.4.1.** Não serão devidas eventuais multas pactuadas originalmente pelas Recuperandas em relação aos Créditos Concurtais, caso o inadimplemento do Grupo Leader tenha se dado tão somente após a Data do Pedido.

**9.5. CRÉDITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA.** Créditos denominados em moeda estrangeira serão mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF. Para os fins de apuração de valores e quóruns previstos na LRF, os Créditos denominados em moeda estrangeira serão convertidos em reais com base na cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de Reais, disponível no SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central do Brasil, transação PTAX-800 da véspera da Assembleia de Credores, na forma do artigo 38, parágrafo único, da LRF.

**9.6. DIVISIBILIDADE DAS PREVISÕES DO PLANO.** Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes, salvo se, a critério das Recuperandas for considerado que tal invalidade parcial do Plano compromete a capacidade de seu cumprimento, caso em

que, por simples declaração, poderá restituir as Partes ao estado anterior e, se for o caso, submeter novo Plano de Recuperação Judicial à aprovação dos Credores.

**9.7. LEI APLICÁVEL.** Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

**9.8. ELEIÇÃO DE FORO.** Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2021.

*(Assinaturas na página seguinte)*



**UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

André Ferreira Peixoto

*Diretor*



Wallace da Silva Henriques

*Diretor*



**COMPANHIA LEADER DE PROMOÇÃO DE VENDAS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

André Ferreira Peixoto

*Diretor*



Wallace da Silva Henriques

*Diretor*



**LEADER.COM.BR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

André Ferreira Peixoto

*Diretor*



Wallace da Silva Henriques

*Diretor*



**ULL MODA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

André Ferreira Peixoto

*Diretor*



Wallace da Silva Henriques

*Diretor*